

# ECONOMIA

## Após duas décadas, RJ terá retorno da Bolsa de Valores

O Rio de Janeiro será novamente sede de uma Bolsa de Valores, segundo anunciou, o prefeito Eduardo Paes e o CEO do Americas Trading Group (ATG), Claudio Pracownik. A previsão é que a bolsa comece a operar no segundo semestre de 2025, após a sanção da lei municipal que incentiva a instalação da instituição.

O Projeto de Lei 3276/2024, proposto pela prefeitura, foi aprovado pela Câmara de Vereadores no dia 25 de junho, com 37 votos a favor e 5 contra. A nova legislação reduz o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) para 2% sobre as atividades desempenhadas por uma Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, bem como sobre as atividades de sociedades envolvidas na negociação, liquidação e custódia de ativos financeiros. A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) encerrou suas atividades há mais de 20 anos.

Durante a cerimônia, o prefeito destacou a importância econômica do Rio: “O Rio tem uma parte significativa da força econômica do Brasil: a Vale está aqui, a Globo está aqui, a

teledramaturgia da Record está no Rio. Mas onde está o setor produtivo? A volta da Bolsa de Valores é a ponta do iceberg. O setor privado percebeu que há uma concorrência a ser feita com São Paulo. Começamos a criar um ambiente econômico, um conjunto de atrativos e novos mercados que surgirão.”

Claudio Pracownik, CEO do ATG, ressaltou que a criação de uma segunda Bolsa de Valores no país, além da existente em São Paulo, é um sinal de maturidade do mercado de capitais brasileiro, o que contribui para uma visão mais positiva do Brasil pelos investidores, especialmente os internacionais. O setor financeiro, no triênio 2021-2023, foi responsável por R\$ 1,5 bilhão em impostos (ISS), representando 9,1% da arrecadação total da cidade, segundo dados da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento. O setor conta com 68,5 mil trabalhadores, gerando 2,7 mil novos empregos entre 2021 e 2023. O salário médio no setor financeiro no Rio é de R\$ 9,5 mil por mês, comparado à média nacional de R\$ 3,8 mil por mês.

## Entidades pedem exclusão de nova obrigação contábil

A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (FENACON), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto Brasileiro do Concreto (Ibraccon), enviaram um ofício à Receita Federal solicitando a exclusão da instrução normativa nº 2198 de 2024 que cria a obrigatoriedade da Dirbi (Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária).

A nova obrigação institui que todas as pessoas jurídicas que possuem algum benefício fiscal deverão informar mensalmente essa nova exigência, até o 20º dia do 2º mês subsequente ao período de apuração. A iniciativa não atinge as empresas do Simples Nacional. A apresentação da declaração ocorrerá até 20 de julho de 2024.

“A Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi) é a mais recente obrigação acessória tributária criada no Brasil. Seu objetivo é coletar

informações detalhadas sobre os incentivos fiscais, renúncias, benefícios e imunidades tributárias concedidos às empresas. Apesar da instituição do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) em 2007, que visava simplificar e racionalizar as obrigações acessórias, o cenário atual é marcado por um crescente número de declarações adicionais”, disse Wilson Gimenez Júnior, Diretor Técnico da FENACON.

Ainda segundo ele, a DIRBI representa um exemplo claro dessa tendência, exigindo das empresas informações que muitas vezes já são reportadas em outras obrigações acessórias. “Essa redundância é vista como um contrassenso em relação aos objetivos originais do SPED e tem contribuído para a complexidade do sistema tributário brasileiro. A sobrecarga de obrigações acessórias e a duplicidade de informações exigidas não apenas aumentam o custo das empresas, mas também impactam negativamente o ambiente de negócios no Brasil”, disse.

# Lula diz que responsabilidade fiscal é compromisso; dólar cai

## O dólar tem disparado pela incerteza dos agentes do mercado sobre a trajetória fiscal do Brasil, o que pode levar o Banco Central a aumentar a Selic

FOTO AGENCIA BRASIL

Em meio às preocupações dos investidores sobre a capacidade do governo em reduzir gastos para controlar a dívida pública, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assegurou nesta quarta-feira (03/07) que gasta apenas quando necessário e que responsabilidade fiscal é um compromisso do seu governo. “Aplicamos recursos onde é preciso, especialmente em educação e saúde, mas não desperdiçamos dinheiro. Desde 2003, a responsabilidade fiscal é um compromisso deste governo e continuaremos seguindo isso rigorosamente”, declarou Lula durante o lançamento do Plano Safra Agricultura Familiar, no Palácio do Planalto.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse durante reunião do Conselho da Federação, no Palácio do Planalto, que ainda há pendências nas negociações da dívida com os estados, mas que espera concluí-las até o fim de julho. Ele mencionou quatro possíveis saídas sugeridas pela Fazenda, mas disse que os temas estão em aberto e evitou entrar em detalhes sobre as negociações. Haddad disse, ainda, que a diretoria do Banco Central tem autonomia para atuar no câmbio. A diretoria lá [do BC] tem autonomia para atuar como entender conveniente. Não existe outra orientação”, afirmou Haddad.

Após as declarações, o dólar deu trégua e encerrou a sessão em queda de 1,71%, de volta aos R\$ 5,56 e devolvendo parte dos ganhos dos últimos dias. Nos últimos



Após as declarações de Lula e Haddad, a moeda americana fechou o dia em queda, após sucessivos avanços

dias, a moeda americana tem disparado devido à incerteza dos agentes do mercado sobre a trajetória fiscal do Brasil, o que pode levar o Banco Central a aumentar a taxa de juros básica, atualmente em 10,50% ao ano, para conter a inflação. As declarações de Lula sobre a taxa de juros e a atuação do Banco Central têm gerado repercussões negativas no mercado, preocupando seus auxiliares, que defendem moderação em suas falas para evitar um agravamento do quadro econômico.

### Dia

Na manhã desta quarta-feira, Lula se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio da Alvorada, e à tarde encontrou-se com ministros da área econômica

para discutir medidas de corte de gastos. A reunião contou com a presença dos integrantes da Junta de Execução Orçamentária (JEO), formada por Haddad, Simone Tebet, Rui Costa (Casa Civil) e Esther Dweck (Gestão e Inovação).

O presidente tem feito declarações públicas contra mudanças na política de valorização do salário mínimo e a desvinculação entre benefícios sociais e o piso nacional, além de descartar a limitação do crescimento dos mínimos em Saúde e Educação, componentes que pressionam o Orçamento. Após apostar em um ajuste fiscal centrado no aumento de receitas, Haddad passou a defender também medidas pelo lado das despesas, mas essa opção foi questionada após Lula afirmar que primeiro

precisa “saber se precisa efetivamente cortar” gastos.

Durante a cerimônia de lançamento do Plano Safra de Agricultura Familiar 2024/2025, que contou com a presença de movimentos sociais e uma feira na Praça dos Três Poderes, Lula enfatizou a importância de aumentar a produção de alimentos no país para controlar a inflação. “Se comprarmos máquinas, produzirmos mais leite, queijo, plantarmos mais tomate, pepino, chuchu, não haverá inflação de alimentos”, afirmou. Ele acrescentou que aumentar a produção permitirá uma política econômica que não causará sobressaltos, promoverá o crescimento do país, continuará a transferência de renda e manterá a responsabilidade fiscal.

## Plano Safra vai investir mais de R\$ 400 bi para agricultura empresarial

FOTO AGENCIA BRASIL

O Plano Safra 2024/2025 investirá R\$ 400,59 bilhões na agricultura empresarial por meio de oferta de linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas para médios e grandes produtores. O montante representa um aumento de 10% em relação à safra anterior. A finalidade, segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), é impulsionar o setor agropecuário brasileiro. Os produtores rurais também poderão contar com R\$ 108 bilhões adicionais provenientes de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) para emissões de Cédulas do Produto Rural (CPR), complementando os incentivos do novo Plano Safra. No total, serão R\$ 508,59 bilhões destinados ao desenvolvimento do agronegócio nacional.

Dos R\$ 400,59 bilhões em crédito para a agricultura empresarial, R\$ 293,29 bilhões (+8%) serão destinados ao custeio e comercialização, enquanto R\$ 107,3 bilhões (+16,5%) serão direcionados para investimentos. Em relação aos recursos por beneficiário, R\$ 189,09 bilhões terão taxas controladas, direcionados ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e demais produtores e cooperativas, e R\$ 211,5



Do total, R\$ 76 bilhões serão destinados ao crédito rural no âmbito do Pronaf

bilhões serão destinados a taxas livres.

As taxas de juros para custeio e comercialização são de 8% ao ano para os produtores enquadrados no Pronamp. Já para investimentos, as taxas de juros variam entre 7% e 12% ao ano, dependendo do programa. O Plano Safra 2024/2025, assim como o primeiro da atual gestão, continuará incentivando sistemas de produção ambientalmente sustentáveis, premiando os produtores com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) analisado e aqueles que adotam práticas agropecuárias

mais sustentáveis. Neste ano, o Governo Federal segue incentivando as boas práticas. A redução na taxa de juros de custeio pode chegar a até 1,0 ponto percentual.

### Agricultura familiar

Do montante total, R\$ 76 bilhões serão destinados ao crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O valor é 6,2% superior ao anunciado na safra passada e o maior da série histórica.

“O plano safra exuberante pode não ser tudo que a gente precisa, mas é o melhor

que a gente pode fazer”, disse Lula em discurso durante o evento no Palácio do Planalto. O presidente garantiu que o governo vai cuidar para que os produtores não tenham prejuízo e disse que é preciso incentivar a produção para reduzir a inflação dos alimentos. Segundo o governo, somadas outras ações anunciadas para a agricultura familiar, como financiamento de máquinas agrícolas de pequeno porte, a ampliação do microcrédito rural e a criação de fundos que ampliam o acesso ao crédito, o volume investido chega a R\$ 85,7 bilhões.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AGE

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** Presencial no dia 26 de julho de 2024 da **COOPERATIVA COOPASJO - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DEVOTOS DE SAO JOSE**, CNPJ: 40.130.082/0001-03.

Pelo presente instrumento, a Diretoria convoca os associados da **COOPERATIVA COOPASJO - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DEVOTOS DE SAO JOSE**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias (Lei nº 5.764/1971) e art. 23 do Estatuto Social, convoca os cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais para se reunirem de forma **PRESENCIAL** em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a se realizar no dia 26 de julho de 2024, na sede da Cooperativa localizada na Rua Ana Moreira, nº 1565, Genipabu - Caucaia/CE, CEP: 60.870-760, às 07:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 08:00 horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 09:00 horas, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, em terceira convocação, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

1º) eleição e posse para o cargo de Diretor Presidente em razão do falecimento do Diretor Presidente **FERNANDO FERREIRA DE MOURA**, em observância ao parágrafo 2º do artigo 33º do Estatuto, cujo mandato será até 16 de dezembro de 2024;

Nada mais dito, dou por encerrada o presente Edital

Caucaia-CE, 03 de julho de 2024.

Jacqueline da Silva de Oliveira  
Diretora Administrativa

#### A SAMARIA INCORPORAÇÕES LTDA

Torna público que requereu junto à Secretaria de meio Ambiente de Itaitinga - SEMAM a regularização de Licença de instalação, para execução de 37 casas plana unifamiliares, localizada no loteamento São Miguel, Rua da Prosperidade Q 5 lotes 12 ao 17 e Rua da Benções Q 5 lotes 54 ao 59, Q 5 lotes 38 ao 84 e Q 6 lotes 26 2 ao 33, Bairro Gereraú - Município de Itaitinga - Estado do CE. Fazendo-se, não obstante, necessários o cumprimento das exigências da Documentação Previa para licenciamento Ambiental, constante na secretaria de meio ambiente de Itaitinga - SEMAM.